SINDIPETRO-LP
>>INFORMA

SINDICATO DOS PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA

EDIÇÃO # 171 | Abril de 2025 | sindipetrolp.org.br

A LUTA PELA ISONOMIA ALIMENTAR E VA DIGNO PARA PRÓPRIOS E CONTRATADOS

SIGA NAS REDES!

EM REUNIÃO, SINDIPETRO-LP COBRA MELHORIAS E RECEBE DEV

Após as assembleias deliberarem pela permanência da alimentação in natura na RPBC, o Sindipetro-LP iniciou uma atuação firme para garantir melhorias na qualidade do serviço prestado. A primeira ação concreta foi a reunião realizada no dia 4 de abril com representantes da área de contratação e fiscalização do contrato de alimentação da refinaria, na qual o sindicato apresentou as principais reclamações da categoria e cobrou respostas da gestão.

Durante o encontro, foram expostas diversas falhas no contrato atual, e a empresa informou que já está em andamento o estudo para um novo contrato, com alterações baseadas nas demandas dos trabalhadores e em pesquisas de satisfação realizadas internamente. O sindicato argumentou que a força de trabalho não confia no sistema, questionando sua transparência e eficácia. A empresa, por sua vez,

comprometeu-se a aprimorar a divulgação dessa pesquisa, incluindo a instalação de cartazes e ações informativas, como a presença de representantes para explicar a importância da participação. Segundo a empresa, a pesquisa é vista como primordial para avaliar e corrigir limitações na qualidade do serviço de alimentação.

Entre os principais avanços apresentados, está o aumento da quantidade de proteína nas refeições principais (almoço e jantar), que passará de 200g para 300g. Será mantida a incidência eventuais de carnes nobres, como filé mignon, salmão e camarão, e permanecerão disponíveis as quatro opções de saladas, frutas e sobremesas. Em relação aos lanches dos turnos, também haverá mudanças. No lanche de entrada, além dos itens já oferecidos (pão, fruta, suco integral e iogurte), o novo contrato prevê a inclusão de preparações quentes

alternadas, como ovos mexidos, cuscuz e carnes refogadas, além de mix de oleaginosas e kit com farinha de aveia. No lanche de saída, as proteínas passarão para 120g, com inclusão de salgados assados (esfirras, croissant, misto ou pão com proteína), sopa de 200ml, frutas (de 2 para 3 tipos), barras de cereal e salada. Os sucos ofertados nos lanches também serão industrializados e de melhor qualidade, substituindo os preparados artesanalmente.

O sindicato, no entanto, foi firme ao afirmar que a qualidade dos insumos não garante, por si só, a satisfação da força de trabalho – o que inclui também os trabalhadores e trabalhadoras contratados do restaurante, que têm relatado sobrecarga e excesso de trabalho. Segundo a empresa, para atender melhor à demanda desses profissionais, os hortifrúti e as proteínas passarão a ser entregues já higienizados e porcionados, me-

didada que deve contribuir para melhorar o ritmo de trabalho na cozinha e reduzir o desgaste físico da equipe.

Para o Sindipetro-LP, no entanto, essa mudança precisa vir acompanhada da valorização dos profissionais responsáveis pela produção das refeições. A diretoria do sindicato reforçou que lutará, junto ao sindicato da alimentação – que será acionado –, para que esses trabalhadores também sejam reconhecidos e respeitados.

A diretoria do sindicato propôs a implantação de um plano piloto para oferecer desjejum aos trabalhadores do setor administrativo no refeitório central, buscando equipará-los aos trabalhadores de turno, que já contam com essa refeição. A demanda reflete uma reclamação frequente do pessoal administrativo, que, ao chegar de transporte, não dispõe de café da manhã antes de iniciar suas atividades. A empresa se

OLUTIVAS SOBRE O NOVO CONTRATO DE ALIMENTAÇÃO DA RPBC

comprometeu a levar a proposta ao gerente-geral para análise de viabilidade e informou que dará um retorno em uma próxima reunião.

Durante a reunião, o Sindipetro-LP também denunciou a incoerência da política de “alimentação saudável” propagada pela companhia nos últimos anos. Para o sindicato, ficou evidente que a retirada de insulinos como refrigerantes, chocolates e itens calóricos se deu muito mais por corte de custos do que por preocupação genuína com a saúde dos trabalhadores. A recente tentativa de substituir o fornecimento in natura pelo VR escancarou essa lógica: ao “lavar as mãos” e transferir para os trabalhadores a responsabilidade por sua alimentação, a empresa deixou claro que a verdadeira prioridade é a economia.

Outra cobrança foi em relação à política de escolha das empresas contratadas, que segundo o sindicato, prioriza o

custo em detrimento da qualidade. Diante desse cenário, o sindicato foi categórico: não aceitará retrocessos disfarçados de modernização.

Exige uma alimentação in natura, saborosa, saudável, farta e digna – como deve ser em uma empresa do porte da Petrobrás. A satisfação dos trabalhadores, enquanto consumidores finais, é o que deve orientar todo o processo. E o Sindipetro-LP seguirá vigilante para garantir que isso se concretize.

Essas melhorias, que serão fiscalizadas de perto pelo sindicato e devem ser constantemente reportadas pela categoria – que é quem usufrui diretamente dos serviços –, representam um passo importante. A luta do sindicato continuará firme por melhorias na alimentação in natura e pela implementação adicional do vale alimentação, tudo em favor do coletivo, assegurando melhores condições para a categoria.

O Sindipetro-LP tem se dedicado à luta pela isonomia alimentar no Sistema Petrobrás. No passado, o tratamento dado ao trabalhador seguia uma hierarquia, com uma segregação explícita que reforçava as desigualdades no Sistema Petrobrás. Havia três restaurantes distintos: um exclusivo para superintendentes e gerências, que contavam com refeições de alta qualidade em um ambiente confortável e privilegiado; outro destinado aos petroleiros, os trabalhadores próprios da base, com uma estrutura mais modesta e opções limitadas; e, por fim, a situação mais precária recaía sobre os contratados, que eram relegados à “empreiteirópolis”, de forma improvisada. Graças à organização e mobilização dos trabalhadores com o Sindicato, essa lógica segregacionista foi superada em relação à alimentação in natura, garantindo condições mais dignas para todos. No entanto, o desafio ainda persiste no que diz respeito ao vale-alimentação, um benefício marcado por desigualdades.

Na RPBC, por exemplo, muitas empresas não oferecem um VA digno, e os valores variam de forma absurda, entre R\$ 120 e R\$ 1.200. O Sindipetro-LP defende um piso mínimo de R\$ 985 mensais, alinhado ao princípio de isonomia.

Além disso, algumas empresas ainda praticam a lógica inaceitável do “ou”: obrigam os trabalhadores a escolher entre alimentação in natura ou vale-alimentação, negando o acesso aos dois benefícios. Essa prática vai contra os direitos dos trabalhadores e precisa ser combatida.

A Hora da Ação

Graças à decisão consciente dos trabalhadores em manter a alimentação in natura na refinaria, nossa luta avança para garantir isonomia nos contratos terceirizados e um benefício adicional ao VA. Essa escolha estratégica evitou erros como os da Transpetro, onde o fechamento de restaurantes e o rebaixamento de vales-alimentação deixaram trabalhadores sem emprego e alimentação adequada nas áreas industriais.

COM REJEIÇÃO DA PROPOSTA ANTERIOR PELOS PETROLEIROS, A BATALHA PELO VA DIGNO SE INTENSIFICA

É hora de pautar a Petrobrás e suas contratadas para alcançar a verdadeira isonomia alimentar. Essa conquista exige união e organização dos trabalhadores para eliminar as desigualdades.

O Sindipetro-LP apresentou uma proposta fundamentada em estudo do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos

e Sociais (IBEPS) sobre a alimentação na RPBC. O modelo híbrido sugerido combina o fornecimento de VA para compras em supermercados com refeições servidas nos refeitórios das unidades.

A proposta reforça o cumprimento da Lei nº 5.811, que assegura alimentação in natura para trabalhadores em regime de turno ininterrupto,

acompanhada de um VA adicional entre R\$ 900 e R\$ 1.200. Esse modelo já é adotado no setor offshore, onde empresas como MODEC e SBM complementam a renda dos trabalhadores que atuam nas áreas industriais offshore.

A desigualdade alimentar no Sistema Petrobrás precisa chegar ao fim. O Sindipetro-LP, em parce-

ria com a União Sindical de Cubatão (Petroleiros, Construção Civil, Metalúrgicos e Associação dos Trabalhadores Desempregados de Cubatão) e com o apoio dos trabalhadores e trabalhadoras, próprios e contratados, está comprometido em assegurar isonomia plena e dignidade alimentar para todos na RPBC e na UTE.

SINDIPETRO-LP E UNIFICADO DISCUTEM E AVANÇAM EM CONSENSO SOBRE ALIMENTAÇÃO E VA/VR

No dia 11 de abril a diretoria do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista esteve reunida com a diretoria do Sindipetro Unificado, com foco especial nos diretores ligados à RECAP. O encontro teve como pauta principal a proposta da Petrobrás de substituição da alimentação in natura pelo Vale-Alimentação (VA) e Vale-Refeição (VR).

Durante a reunião, ambas as bases — RPBC e RECAP — chegaram ao consenso de que a Petrobrás tentou, sem sucesso, tratar de forma igual situações que exigem tratamento diferencia-

do, desconsiderando as especificidades do regime especial de trabalho conforme que preconiza a Lei 5.811/72, que institui a obrigatoriedade da oferta de alimentação in natura aos trabalhadores que exercem atividades em regime de turno ininterrupto de revezamento. A tentativa da empresa de impor um modelo único não encontrou respaldo nas duas unidades nem entre os trabalhadores.

Os dirigentes defenderam que, assim como a Petrobrás implantou um projeto-piloto na Reduc, também deve implementar pilotos na RPBC e na

RECAP. No caso da RPBC, a proposta é adotar um modelo híbrido, com fornecimento de alimentação in natura para todos os trabalhadores de turno e administrativo com a implementação do VA. Já na RECAP, o pleito é pela diferenciação da categoria, com alimentação in natura para os trabalhadores de turno e a implementação do VA/VR para o administrativo — nos mesmos moldes do que foi proposto pela empresa na Reduc.

Na ocasião, o Sindipetro-LP também reapresentou a proposta entregue à Petrobrás e à sua diretoria executiva em

maio de 2024. O documento reafirma a responsabilidade da empresa em fornecer alimentação adequada aos trabalhadores em áreas operacionais e propõe uma solução que assegura isonomia não apenas alimentar, mas também financeira, com base em estudo que comprova a defasagem de renda dos petroleiros do setor industrial.

As diretorias dos dois sindicatos se comprometeram a manter o diálogo e realizar novos encontros para definir os próximos passos na defesa dos direitos da categoria.